
DEPOIMENTOS

CONCEITO OU NOTA ?

Augusto Burle Gomes Ferreira
Professor do Colégio de Aplicação da UFPE

Na década de 60, alguns setores do ensino médio brasileiro tentaram modificar e aperfeiçoar o sistema de avaliação existente, revendo uma série de idéias estabelecidas tradicionalmente. Movimento que na prática se traduziu por uma troca da nota/número, que ficou sendo chamada de Nota; por nota/letra, que absurdamente, passaram a chamar de Conceito, sem perceberem que um dos objetivos principais do movimento era mostrar que, qualquer que seja a nota (número, letra, palavra etc.), é preciso definir o seu significado, dar o seu conceito. Pois, se assim não fizermos, a nota não anota; ela será um símbolo que nada simboliza.

Talvez o leitor, a esta altura, esteja se sentindo perdido neste jogo de palavras. Para clarear, vamos então cuidar de buscar as definições das palavras que estamos usando. «Notar» (que vem do latim «notare» — conhecer) significa perceber, observar. «Anotar» significa registrar por escrito aquilo que foi **notado**, observado, percebido. E «Nota» é o símbolo (seja número, letra, palavra, desenho, etc.) que se usa para **anotar**. Portanto, os números, quando usados para anotações, são notas; as letras, quando usadas para anotações, são notas; as palavras do tabelião quando usadas para fazer anotações, são notas; as estrelas colocadas pelo Banco ITAÚ nos cheques dos clientes, para anotar a sua credibilidade, são notas. E «Conceito» (que vem do latim «Conceptus» = concebido) significa o pensamento que está sendo expresso por um símbolo, a **idéia** que está sendo transmitida pela palavra, pelo algarismo ou por qualquer outro símbolo. Conceituar é definir. Ora, parece-nos não ser necessário dizer que todo símbolo tem que simbolizar alguma coisa.

Portanto, contrapor Nota a Conceito é, como dizem os franceses, um «non sens». Primeiro que tudo, o que se buscava em 60 era que as notas, que fossem usadas na avaliação do rendimento escolar, tivessem significado, conceito. Se fosse usada uma nota/número, que fosse definido o significado do número. Não basta dizer que o aluno tirou 7; precisa-se saber: 7 o quê? Que ele tem 7 conhecimentos? Que ele acertou 70% das questões da prova? Que ele adquiriu 70% das habilitações mentais ou dos conhecimentos que lhe foram propostos? Enfim, 7 o quê? Se fosse usada uma nota/letra, que fosse definido o significado da letra. Não basta dizer que o aluno tirou R; é preciso dizer o que significa R. R tanto pode significar Regular como Ruim. Ou dizer que tirou S; Se tanto pode significar Satisfatório como Sofrível. Ou ainda que tirou B; B tanto pode

significar Bom com o Burro. E, mais ainda, dizer que ele foi Regular; mas em quê? Nos acertos da prova? Nos objetivos que lhe foram propostos? Enfim, em quê?

Além de querer que as notas tivessem conceito, o movimento reformador da avaliação da década de 60 tinha outro objetivo: tirar o cunho **classificatório** do sistema de avaliação, dando-lhe um cunho fundamentalmente **promocional**. Numa avaliação classificatória, como um vestibular, temos que discriminar, ao máximo, tantas classes quantos sejam os candidatos às vagas existentes, pois o ideal é que não haja empate no ponto de corte. Por exemplo: se temos 30 candidatos para 15 vagas, o ideal é que cada candidato tenha uma nota diferente, de forma a não haver possibilidade de empate entre o 15º e o 16º classificados. Numa avaliação promocional, isto é, destinada a separar quem deve ser promovido de quem não deve, rigorosamente, necessita-se apenas de duas classes: a dos promovidos e a dos reprovados, embora se possam distinguir, por uma certa concessão ao espírito classificatório do professorado, subclasses entre estas duas classes.

Por isso, houve uma opção pela nota/letra, pois a nota/número se divide, comumente, em 21 classes: 0; 0,5; 1; 1,5; 2; 2,5; 3; 3,5; 4; 4,5; 5; 5,5; 6; 6,5; 7; 7,5; 8; 8,5; 9; 9,5; 10. Ou, na melhor das hipóteses, em 11 classes, tirando-se as frações. Enquanto isso, com a nota/letra podemos, por preciosismo, subdividir a classe dos «promovidos», no máximo em duas ou três subclasses (R — regular, B — bom e E — excelente) e a classe dos «reprovados» também em duas ou três subclasses (S — sofrível, D — deficiente e N — nulo), o que perfaz um total de 4 ou 6.

Também a opção pela nota/letra decorreu da consciência de que não se pode tirar média aritmética de proporções e as notas/números são porcentagens dos objetivos atingidos pelos alunos ou, na pior das hipóteses, a porcentagem de acertos na prova. Os números relacionais, isto é, frutos de uma relação, exigem média ponderada. Mostremos isto com um exemplo: admitamos que um colégio tenha 4 turmas: a 5ª série tem 60 alunos e 5 deles foram reprovados; a 6ª série tem 40 alunos e 10 deles foram reprovados; a 7ª série tem 30 alunos e 10 deles foram reprovados e a 8ª série tem 20 alunos e 10 deles foram reprovados. Então o índice de reprovação da 5ª série foi 8,3%; o da 6ª série, 25%; o da 7ª série, 33,3% e o da 8ª série, 50%. Diante destas proporções, não podemos concluir que o

índice de reprovação do nosso hipotético colégio tenha sido 29,15% ($8,3 + 25,0 + 33,3 + 50,0 = 116,6 \div 4 = 29,15$), pois, de fato, ela foi 23,3% (35 reprovados em 150 alunos). Já, se tivéssemos estabelecido o peso de cada turma no colégio (5ª série pesa 40%; 6ª série, 26,7%; 7ª série, 20% e 8ª série, 13,3%) para em seguida, multiplicar o peso da turma pelo seu índice de reprovação, somando os produtos obtidos e dividindo o resultado pela soma dos pesos,

$$\begin{array}{rclcl}
 5^{\text{a}} \text{ série} & \text{—} & 8,3\% & \times & 40,0\% & = & 332,0 \\
 6^{\text{a}} & \text{«} & 25,0\% & \times & 26,7\% & = & 667,5 \\
 7^{\text{a}} & \text{«} & 33,3\% & \times & 20,0\% & = & 666,0 \\
 8^{\text{a}} & \text{«} & 50,0\% & \times & 13,3\% & = & 665,0 \\
 & & 100,0 & & 2 \ 330,5 & | & 100 \\
 & & & & & & 23,3\%
 \end{array}$$

teríamos, por média ponderada, chegado ao resultado correto. Mas o pior de tudo é, ainda em 1987, vemos professores de matemática a tirar média aritmética das notas/números dos alunos. E ainda botam o computador para fazer semelhante conta... Pobre do computador que não pode ter senso crítico!

Por esta razão matemática, o uso correto da nota/número necessita que, para a avaliação de cada etapa, em que o ano letivo se divida, seja estabelecido o seu valor, o seu peso no todo da avaliação, o qual será representado por um peso numérico, e não será o mesmo para todas as disciplinas, pois cada uma se desenvolve num ritmo próprio. E ainda, dentro da etapa, se for feita mais de uma avaliação, digamos através de prova e de observação do desempenho do aluno nos exercícios, cada uma delas terá o seu peso. Ora, fica assim evidente que o uso correto da nota/número é de operacionalização matemática bastante complexa, para ser exigido de professores pouco familiarizados com o manuseio de números.

Mas se esta reforma do sistema de avaliação da década de 60 era tão bem fundamentada, por que fracassou?

Tendo participado da implantação desta experiência aqui, em Pernambuco, sinto-me em condições de fazer uma análise crítica. Primeiro, a sua implantação não foi precedida, na maioria dos colégios, de uma preparação dos professores sobre os objetivos e as motivações das mudanças. As adesões se deveram muito mais a um modismo do que a uma consciência das dificuldades e desvantagens da nota/número ou ao desejo de um sistema de avaliação promocional. Assim, o professo-

rado, que continuava com a mentalidade de estimular a competição entre os alunos, a vaidade de ser o primeiro de classe, em vez de estimular o gosto pelo aprender em grupo, tomou as 4 ou 6 classes da nota/letra e criou, para cada uma delas, 3 novas subclasses: R — (regular menos), R (regular) e R + (regular mais). O sistema, então, passou a ter 12 ou 18 classes e, consequentemente, um dos seus objetivos foi anulado. Também o novo sistema, notas/letras conceituadas, exigia o julgamento pessoal do aprendizado do aluno por um professor que não estava preparado para isto e, sim, habituado a deixar o seu aluno ser julgado por um cálculo aritmético. Então ele começou a somar e dividir letras. Não só era exigir um ato profundamente desagradável, julgar outra pessoa, mas exigiu-se sem prepará-lo para isto. E exigiu-se num contexto tradicional de desconfiança na honestidade profissional do professor. O próprio aluno ficou reclamando que o sistema de nota/número era mais justo, pois, por ele, o aluno não ficava sujeito ao arbítrio do professor. E vejam: esta desconfiança é tão tradicional no ensino brasileiro, que, na década de 40, as provas não podiam trazer o nome do aluno, elas tinham apenas um número identificador, conhecido só pelo próprio aluno e pela secretaria do colégio. Diziam que só deste modo se poderia evitar que o professor colocasse notas ruins nos alunos desagradáveis e notas boas nos de quem ele gostasse.

Aí estão as razões do fracasso da experiência, segundo o nosso entender. Razões que não invalidam as suas postulações, pois ele decorreu da má implantação do novo sistema. Daí, pura e simplesmente retornar-se ao sistema anterior, como geralmente foi feito, quer nos parecer uma incapacidade de aprender com o fracasso, de superar os seus erros, enfim de evoluir. Não terá sido falta de criatividade?

AVALIAÇÃO: SALVE-SE QUEM QUISER (PUDE) MUDAR...

Ynah de Souza Nascimento Abejdio
Colégio de Aplicação — UFPE

Final de etapa.

Habituada a solicitar da sétima série, ao término de alguns trabalhos, a auto-avaliação e admirando, feliz, a seriedade com que os alunos se dão nota, resolvi solicitar o mesmo da turma do terceiro ano do segundo Grau. Durante a etapa realizamos debates sobre temas escolhidos pela turma e registrados em redações, corrigidas através de códigos pré-estabelecidos e reescritas, com consulta a dicionários e gramáticas. Estas atividades foram apontadas, ao início da etapa, como pontos a considerar na avaliação da atividade de redação.

Pedi a auto-avaliação aos alunos e, depois de muitos anos como professora, a atitude da turma conseguiu me deixar perplexa:

— Ynah, a gente não quer se dar nota, não!

— Quem tem competência pra pôr nota é o professor.

Ynah, quem sabe avaliar é você. Veja: se eu fiz todas as tarefas e me dou nota 9 e meu colega não fez nada e também se dá 9, acho que fico prejudicado — meu nove não é tão nove quanto o dele!

Consegui ficar muda diante da turma (o que é raríssimo diante de minha fama de tagarela...). A sensação que senti era a de ocupar um espaço (na «cabeça» de meus alunos) que jamais eu poderia supor (nem nunca pensei em preencher). Alunos e eu falávamos língua diferente — eu os via (e os julgava) através de um prisma; eles me viam (e me rotulavam) de forma diferente do que penso ser (ou estar sendo...).

Apesar de não ter vindo acompanhando, de outros anos, os alunos dessa turma, pelas referências de outros professores, pela participação da turma em momentos de decisão no Colégio e pelo nível de crítica que os alunos me apresentavam em aula, formei um perfil da turma e passei a interagir com os alunos a partir desse perfil.

Quando propus a auto-avaliação, me vi, frente a frente, com a imagem que os alunos faziam de mim — e fiquei apavorada... Foi como se eu acordasse de manhã, me olhasse no espelho e visse, outra imagem que não a minha...